CISION
ID: 54641674
Público
02-07-2014
Tiragem: 34438
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 13
Cores: Cor
Área: 15,95 x 30,51 cm²
Corte: 1 de 2

Reintrodução do lince em Portugal pode começar depois do Verão

Ambiente
Ricardo Garcia

Governo, caçadores, agricultores, ambientalistas e cientistas assinam pacto pela conservação do felino mais ameaçado do mundo

A primeira libertação em Portugal de linces nascidos em cativeiro pode ocorrer depois do Verão, se se mantiver a recuperação que se tem observado nas populações de coelhos-bravos - o principal alimento do felino mais ameaçado do mundo. Esta é a esperança do secretário de Estado do Ordenamento e da Conservação da Natureza, Miguel de Castro Neto, que presidiu ontem à assinatura de um Pacto Nacional para a Conservação do Lince-Ibérico.

A libertação marcará o início da reintrodução dos linces em Portugal, de onde praticamente desapareceram ao longo do século XX. Serão oito animais, nascidos na rede de centros de reprodução em cativeiro de Espanha e Portugal, que irão experimentar a vida selvagem na zona de Mértola.

O lince-ibérico (*Lynx pardinus*) só existe na Península Ibérica e está "criticamente ameaçado" de extinção, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza. Há quatro centros de reprodução em Espanha e um em Portugal - em Silves, inaugurado em 2009, como medida de compensação da construção de uma barragem, a de Odelouca. Entre 2005 e 2013, nasceram 236 linces. Este ano, foram mais 36. Dos que sobreviveram, vários já foram libertados na natureza, todos em Espanha. Alguns, inadaptados para a vida selvagem, foram para jardins zoológicos.

Em Portugal, a reintrodução estava dependente de condições ideais do habitat, sobretudo no que toca à alimentação. E, neste domínio, os coelhos-bravos pregaram uma partida aos planos do Governo de celebrar a primeira libertação no primeiro semestre deste ano.

Uma avassaladora mortalidade afectou os coelhos, vítimas de uma variante da doença hemorrágica viral - que afecta ciclicamente aqueles animais. A libertação dos linces, que esteve marcada para Junho, teve de ser adiada.

A situação dos coelhos nas áreas escolhidas para a reintrodução dos linces – Mértola e também a região de Moura-Barrancos – tem sido monitorizada quinzenalmente. As populações mostram sinais de recuperação, mas nos próximos meses será feito um censo mais alargado aos coelhos. "Precisamos de ter a certeza de que existem no terreno", afirma Miguel de Castro Neto, apontando para depois do Verão a possível libertação.

Tudo dependerá do que ocorrer nos próximos meses. Se os coelhos não resistirem a um novo surto da hemorrágica viral, dificilmente haverá condições para a reintrodução.

"A situação ainda está longe da ideal", afirma António Paula Soares, presidente da Associação Nacional de Proprietários Rurais, Gestão Cinegética e Biodiversidade, que representa os donos de zonas de caça. Para os caçadores, é importante que haja coelhos suficientes tanto para os linces como para a actividade cinegética. "O que está em causa não é a libertação dos linces, é quando", diz Soares.

Os caçadores e gestores da caça estão entre um conjunto de agentes que subscreveram, esta terça-feira, o pacto para a preservação do lince. Investigadores, organizações não-governamentais, representantes do sector agrícola e instituições oficiais também se juntaram ao pacto. O documento fixa um quadro de referência para que todos caminhem no mesmo sentido. "Era importante haver esta formalização da confiança", afirma o secretário de Estado.

A actividade cinegética tem um relevo especial. O pacto contém um contrato-tipo de colaboração entre zonas de caça e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), que prevê medidas concretas para a conservação do lince nas áreas cinegéticas. O ICNF acena com um apoio às zonas de caça nas áreas onde sejam libertados linces, com um mínimo de 50% das taxas anuais cobradas às concessões - que são de 0,75 euros por hectare nas zonas de caça associativa e 1,71 euros por hectare nas zonas de caça turísticas.

Um ponto importante do pacto é o que diz que "a presença do lince-ibérico não implicará a criação de limitações ou proibições" nos sectores cinegético, agrícola e florestal. "Fica escrito que o lince não vai causar restrições ao modo como fazemos a gestão da caça", afirma António Paula Soares.

O pacto para o lince-ibérico está disponível no *site* do ICNF e pode ser subscrito *online* por qualquer pessoa ou entidade.

ANTONIO RIVAS/AFP

O lince-ibérico está "criticamente ameaçado" de extinção

Entre 2005 e 2013, nasceram 236 linces. Este ano, foram mais 36. Dos que sobreviveram, vários já foram libertados na natureza, todos em Espanha. Alguns, inadaptados para a vida selvagem, foram para jardins zoológicos

CISION

ID: 54641674

Público

02-07-2014

Tiragem: 34438
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 48
Cores: Preto e Branco
Área: 5,46 x 3,76 cm²
Corte: 2 de 2

Reintrodução do lince no país pode começar depois do Verão

É preciso que se mantenha a recuperação que se observa nos coelhos-bravos p13